

**FSH – FACULDADE SANTA HELENA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO  
ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RECIFE**

**2009**

**FHS – FACULDADE SANTA HELENA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO  
ESTADO DE PERNAMBUCO**

CIRLENE MADALENA DA SILVA

RECIFE

2009

**FHS – FACULDADE SANTA HELENA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO  
ESTADO DE PERNAMBUCO**

**CIRLENE MADALENA DA SILVA**

Monografia apresentada à Faculdade Santa Helena como requisito à obtenção do título de especialista em Educação Especial: Estudos Surdos.

Orientador: Profº Drº Abdias Vilar

RECIFE  
2009

**FHS – FACULDADE SANTA HELENA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO  
ESTADO DE PERNAMBUCO**

CIRLENE MADALENA DA SILVA

**Banca Examinadora:**

---

ProfºDrºAbdias Vilar

---

Liliane Vieira Longman

---

Maria Teresa de Mello Barreto Campello

RECIFE  
2009

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e amigos pela compreensão e o estímulo em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Abdias Vilar, pela confiança e disponibilidade, que muito contribuíram para meu crescimento e para o desenvolvimento deste trabalho.

As outras pessoas que, de alguma forma, colaboraram, através da amizade e da confiança, para a realização dessa monografia. A todas elas desejo expressar a minha gratidão.

“Sou, devo ressaltar, um leigo no assunto-não sou surdo, não sei usar a língua de sinais, não sou intérprete nem professor... Sou um leigo, sem conhecimento ou especialização, mas também, acredito, sem preconceitos, sem interesses a defender, sem animosidades na questão.”  
(SACKS – 1989)

## RESUMO

Com este estudo vamos relatar algumas das conquistas da Comunidade Surda, que aconteceram aqui no Brasil e no estado de Pernambuco nos últimos anos, com a criação de Políticas Públicas exclusivas para surdos, como a criação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão e o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que torna obrigatório para os surdos o ensino de LIBRAS desde a educação infantil. Utilizando os dados da Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade, vamos estudar questões como à participação dos entrevistados em algum movimento para influenciar as políticas públicas do governo federal e estadual, qual a primeira língua que os estudantes aprenderam, a primeira vez que viram LIBRAS e a idade que eles começaram a usar LIBRAS. Vamos também estudar a opinião dos professores a respeito do que favorece a política educacional de inclusão para os alunos surdos.

Palavras-chave: Políticas Pública; LIBRAS; Educação de Surdos; Educação Inclusiva.

## LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 – Universo dos Entrevistados por Curso e Escola .....

TABELA 2 - Perfil Social dos Bairros.....

TABELA 03 - Influência das políticas públicas.....

TABELA 04 - Primeira língua aprendida.....

TABELA 05 - Idade que viu e começou a usar LIBRAS.....

TABELA 06 - Idade que começou a usar LIBRAS.....

## LISTA DE ABREVIATURAS

C.E.S.B. – Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	
<b>CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL</b> .....	
1.1 Definições de Políticas Públicas .....	
1.2 BREVE HISTÓRICO: da educação para surdos e das Políticas Públicas de Surdos no Brasil de D. Pedro II até 2008 .....	
<b>CAPÍTULO 2 - A PESQUISA</b> .....	
<b>29</b>	
2.1 UNIVERSO DA PESQUISA .....	
29	
2.2 A SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	
31	
2.3 O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL E LEGAL RELATIVO À CONDIÇÃO DO SURDO .....	
33	
2.4 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	
33	
<b>CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	
<b>36</b>	
3.1 Questões analisadas: .....	
36	
<b>CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	
<b>43</b>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	
<b>ANEXOS</b> .....	

## INTRODUÇÃO

O Curso de Especialização em Estudos Surdos, iniciado em setembro de 2007, na Faculdade Santa Helena, em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco e o com o Centro SUVAG de Pernambuco visa aprofundar a noção de surdez como construção cultural, histórica e política, tomando como linha norteadora a Língua Brasileira de Sinais. Além disso, também, questiona as práticas que mantêm os surdos na deficiência, na educação especial e as políticas públicas que não atendem os principais interessados, nesse caso, os surdos respeitando as suas diferenças.

“Os Estudos Surdos se constituem enquanto programa de pesquisa em educação, onde as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizados e entendidos a partir da diferença, a partir de seu reconhecimento político”.<sup>1</sup>

Os Estudos Surdos não vão trabalhar com o surdo vendo-o numa perspectiva de um doente, deficiente, sofredor ou como alguém incompleto, porém vão trabalhar com o surdo na perspectiva de sujeito político, envolvido em lutas para garantir seus direitos, para defender, sua cultura, sua identidade grupal, além de ser compreendido como alguém que ama, sofre, se diverte, trabalha e estuda, como alguém que não está alheio ao mundo que o cerca.<sup>2</sup>

A partir do pensamento acima exposto, com o apoio de trabalhos de diversos teóricos<sup>3</sup> que abordam o tema, os participantes do Curso de Especialização em Estudos Surdos, professores e alunos organizaram a Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade, com o objetivo de desvendar a situação educacional, social, econômica e cultural dos surdos da

---

<sup>1</sup> Skliar, (2005), p.5.

<sup>2</sup> Segundo o texto da Profª Drª Nídia Limeira de Sá.

<sup>3</sup> Quadros, Ronice Mülle de. Karnopp, Lodenir Becker.(2004); Sá, Nídia Limeira de.(2006); Sacks, Oliver.(2005); Skliar, Carlos. (2005)

região metropolitana do Recife, analisando as suas múltiplas experiências e apreender suas expectativas de vida.

Consideramos as pessoas surdas, como elas próprias se percebem, quando estão entre seus pares, em sua comunidade, como normais, e não como pessoas deficientes.<sup>4</sup> Entendemos os surdos como pessoas que falam uma língua visual e que possui sua própria cultura. Por fazer parte de uma “minorias” social, eles sofrem preconceito de uma sociedade que não se identifica com a sua forma de se comunicar, usando a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

Na perspectiva pedagógica de conhecimento e interpretação da realidade, a partir dos próprios sujeitos, foram seguidos os seguintes passos metodológicos:

- A escolha do campo de pesquisa: 5 (cinco) escolas estaduais e o Centro SUVAG de Pernambuco, localizados em diferentes regiões da cidade do Recife e por ter no seu quadro um número significativo de alunos surdos.
- A seleção dos entrevistados: estudantes surdos, professores de estudantes surdos, pais de estudantes surdos e estudantes universitários surdos.
- A escolha e elaboração do instrumento de pesquisa: o questionário.
- Realização da pesquisa.
- Apuração e totalização dos dados da pesquisa.<sup>5</sup>

Nesse estudo, vamos relatar também algumas das conquistas da Comunidade Surda, que aconteceram aqui no Brasil e no Estado de Pernambuco nos últimos anos, como a criação de Políticas Públicas exclusivas para surdos.

Utilizando os dados da Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade, vamos estudar as seguintes questões. Primeiro a participação dos entrevistados, com exceção dos pais, em algum movimento para

---

<sup>4</sup> Para Sacks, (2005), os surdos são membros de uma comunidade que possui língua e cultura completas e próprias.

<sup>5</sup> No segundo capítulo desse estudo vai ser abordada a pesquisa, seu universo, os procedimentos metodológicos e a apuração dos resultados.

influenciar as políticas públicas do governo federal e estadual. Segundo a primeira vez que os estudantes entrevistados viram LIBRAS. Terceiro a idade em que esses estudantes entrevistados começaram a usar LIBRAS. Quarto sobre a opinião dos professores a respeito da política educacional de inclusão para os alunos surdos.

No primeiro capítulo, será apresentada a definição de políticas públicas, na que escolhemos a dada por Cristovam (2005). As políticas públicas, para ele, podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção do domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem proporcionadas pelo Estado.

Também, neste capítulo, apresentaremos um breve histórico da educação oferecida aos surdos com destaque para as Políticas Públicas implantadas para os surdos desde D. Pedro II até o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No segundo capítulo, será apresentado o universo e os passos metodológicos utilizados na Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade.

No terceiro capítulo, analisaremos os dados da pesquisa acima representada com ênfase nas questões acima citadas e também alguns aspectos do arcabouço legal da Constituição Federal, da LDB, e do Decreto nº 5.626/2005 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei no 10.436/2002, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000.

No quarto e último capítulo, iremos apresentar *As Conclusão Finais*, diante dos resultados obtidos pela pesquisa, levantaremos algumas questões relativa a educação de surdos.

## **1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL**

As conquistas sociais, na última década da comunidade surda do Brasil, se devem ao empenho cada vez maior dos movimentos sociais surdos de reivindicar seus direitos. Essas conquistas podem ser observadas através das políticas públicas governamentais voltadas, exclusivamente, para os surdos. Como verificamos na Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei 10.436/02 e determinou o ensino de LIBRAS desde a educação infantil. Conquistas que são apresentadas ao final desse capítulo e discutidas neste trabalho no terceiro capítulo referente à análise da pesquisa.

Porém, para entender como as políticas públicas para surdos foram se constituindo ao longo do tempo e como elas estão estruturadas nos dias atuais, nesse capítulo, vamos definir o que são políticas públicas. Faremos, dessa forma, um breve histórico sobre as políticas públicas criadas para surdos no Brasil desde D. Pedro II até o governo do Presidente Lula. Assim, da mesma forma, identificaremos as políticas no Estado de Pernambuco que foram criadas e aplicadas, exclusivamente, para os surdos nos últimos anos.

### **1.1 Definições de Políticas Públicas**

As definições sobre políticas públicas aqui são apresentadas como ações, ora como programas.

De acordo com Comparato(1997)<sup>6</sup>, apud Cristovam(2005), as políticas públicas são programas de ação governamental. A política pública seria uma espécie de conduta que assinala uma meta a alcançar, no mais das vezes uma melhoria das condições econômicas, políticas ou sócias da comunidade.

---

<sup>6</sup> Buscar referências em Cristovam (2005).

Para Bucci (2002)<sup>7</sup>, apud Cristóvam(2005), políticas públicas são entendidas como sendo: “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”(BUCCI, 2002, p. 241).

Segundo Cristovam(2005) as políticas públicas podem ser entendidas como a junção de planos e programas de ação do governo em torno das interferências do poder social, por meio dos quais são tratadas “as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição”.

Cristovam, ainda, faz a distinção entre política pública e política de governo. A política de governo tem relação com o mandato, já a política pública pode atravessar vários mandatos, ele, ainda, ressalta que no Brasil o cenário político apresenta uma confusão entre essas duas categorias, principalmente quando na eleição há troca de partido. É comum não haver continuidade das políticas públicas da gestão anterior, a gestão que assume cria novas políticas públicas quando, na verdade, ela deveria criar seu plano de governo e continuar com as políticas anteriores.

Independentemente de onde são geradas as políticas públicas, de acordo com Cristovam(2005), elas: “são atividades marcadamente administrativas e submetidas ao regime jurídico administrativo. As funções de planejar, governar, gerir e direcionar os recursos financeiros são próprio da Administração Pública.” Portanto cabe ao Estado promover ações para melhorar a vida dos cidadãos.

Seguindo o conceito de Cristovam, veremos, a seguir, que na história de implementação de políticas públicas para surdos no Brasil, foi comum a sua criação a partir dos interesses do governo que estava no poder na época.

---

<sup>7</sup> Buscar referências em Cristovam (2005).

## **1.2 BREVE HISTÓRICO: da educação para surdos e das Políticas Públicas de Surdos no Brasil de D. Pedro II até 2008.**

### MUNDO

Segundo os estudos consultados<sup>8</sup>, a referência mais remota em relação ao surdo é do século VI com o direito romano, através do Código Justiniano, onde pela primeira vez é feita uma classificação dos surdos. Até quase toda idade média acreditava-se que os surdos eram incapazes de se educarem e, na maioria das vezes, eram tratados como imbecis.

Foi no século XVI que aconteceram as primeiras tentativas de educação para surdos com Girolo Gardano (1501-1578), que vão de encontro ao conceito da incapacidade de aprendizagem pelos surdos. Na Espanha, em meados desse século, D. Pedro Ponce de Leão, iniciou um trabalho voltado a desenvolver a fala (oral) nos denominados surdos-mudos<sup>9</sup>.

Ainda de acordo com THOMA (2006), na Modernidade, religiosos cuidavam da educação para filhos de nobres surdos. Inicialmente nos castelos dos nobres, depois a educação foi oferecida nos mosteiros visando dar-lhes condições para manter os bens da família. Para isso, filhos surdos dos nobres tinham que aprender a falar, ler, escrever, fazer contas, rezar, assistir missa e fazer uso da palavra oralizada, pois eles serviam de modelo a outros por sua educação e posição. O uso da palavra oralizada conferia a visibilidade necessária a um nobre, pois ele representava o modelo a ser seguido por outros.

A educação dos surdos nesse contexto colocava-se como necessidade diante da presença de crianças surdas em famílias nobres e tinha como objetivo torná-las legítimas herdeiras. Em geral, filhos defeituosos de tais famílias eram retirados da visão pública pela vergonha que causavam, pois eram considerados resultados das depravações ou pecados cometidos por seus pais. (Thoma, 2006: 10 – 11).

---

<sup>8</sup> Amador(S/D), Lacerda(1998), Lopes(2007), Mazzotta(2005), Soares(1999) e Thoma (2006).

<sup>9</sup> Idem.

Com o passar dos séculos e o surgimento de internatos, as famílias passaram parte de seu compromisso para educação dos filhos para as escolas. As famílias de surdos encontraram nesses locais a oportunidade de oferecer aos seus filhos um ambiente estimulador e cercado de cuidados com saúde. A ênfase da educação, nesses lugares, era a oralização para normalização do surdo. Portanto, não havia nenhuma possibilidade de formar uma turma só de surdos, pois acreditavam-se que “uma turma somente de alunos surdos, corria-se o risco de que eles resistissem aos tratamentos e aos métodos de ensino e oralização era algo ameaçador.” (Lopes, 2007).

Seguindo os autores consultados, no século XVIII, Samuel Heinick (1712 – 1789) era considerado o maior educador de surdos, ele fundou, em 1750, a primeira escola pública baseada no método oral. No mesmo período, Charles Michel de L’Épée, na França, começou a dar instrução formal a duas crianças surdas. Diante do resultado positivo, em 1760, ele transformou sua casa na primeira escola pública para surdos (Instituto de Surdos e Mudos, Paris), utilizando uma abordagem denominada “gestualista”.

De acordo com THOMA (2006), foi com L’Épée que teve início o ensino coletivo que possibilitou a articulação para formação da comunidade surda. O método de L’Épée consistia em ensinar sinais, que correspondiam a objetos específicos e mostrar desenhos quando queria que os surdos compreendessem algumas ações para depois associar os sinais com a palavra em francês.

No século XIX, a Língua de Sinais espalha-se por toda a Europa e também nos EUA. Thomas Gallaudet (1787 – 1851), americano, e Laurent Clerc (1769 – 1869), francês, são os responsáveis pela introdução da comunicação em sinais e pela educação Institucionalizada para os surdos. Ambos foram aos EUA, em 1817, e fundaram a primeira escola pública para surdos em Hartford, Connecticut “The Connecticut for the Education and Instruction of the Deaf and Dumb Persons”. Onde professores aprendiam a Língua de Sinais e o alfabeto datilológico franceses, e adaptaram os sinais Metódicos, método introduzido pelo Abbé de L’Épée, para o inglês.

Tais fatos proporcionaram a formação das primeiras Comunidades Surdas. Em 1864, aconteceu o Congresso Americano e a criação da primeira faculdade para Surdos no mundo a “National Deaf – Mute College”, atualmente Gallaudet University – fundada por Edward Gallaudet, filho de Thomas Gllaudet,.

Em 1880, aconteceu o “famoso Congresso Internacional de Educadores de Surdos realizado em Milão, na Itália. Neste congresso Alexander Grahan Bell, que inventou o telefone, buscando uma forma de ampliar os sons,” defendeu que o ensino dos surdos deve ocorrer, exclusivamente pelo método oral.(Lacerda, 1998, p. 04).

Em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos. O método alemão vinha ganhando cada vez mais adeptos e estendendo-se progressivamente para a maioria dos países europeus, acompanhando o destaque político da Alemanha no quadro internacional da época. (LACERDA, 1998, pag. 04).

No trabalho de Lacerda (1998), ela esclarece que o congresso teve muitos debates acalorados em defesa do método oral, inclusive com apresentação de surdos que falavam bem, para mostrar a eficiência do método oral. O congresso foi preparado por uma maioria oralista. Os oralistas “votaram por aclamação a aprovação do uso, exclusivo e absoluto, da metodologia oralista e a proscricção da linguagem de sinais.” (Lacerda, 1998, p.04)

Ainda de acordo com os autores citados, no Brasil, no século XIX, diante dos “avanços” na educação de surdos que estavam acontecendo na Europa, em particular no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, na França, é fundado no Rio de Janeiro o Imperial Instituto de Surdos Mudos. Segundo Mazzotta, o Instituto foi fundado pelo professor francês Hernet Hünet com o apoio

do imperador D. Pedro II, pela Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857. Segundo ele, foi graças aos esforços de Hurnet e seu irmão, que foi possível a fundação do Instituto, que na época era um asilo, onde só eram aceitos surdos do sexo masculino. Estes vinham de todos os pontos do país e muitos tinham sido abandonados pelas famílias. Em consulta ao site do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), lá se encontra a informação que só em 1931, foi criado o externato feminino com oficinas de bordado e costura. Nesse período tomou posse como diretor no INES Dr. Armando de Lacerda, que concebia a educação para oralizar o surdo. Com isso o INES consolidou seu caráter de estabelecimento profissionalizante, instituído em 1925.

Aqui, no Brasil, mesmo depois da fundação do INES, seguiu-se a tendência mundial de tratar o surdo como doente, louco, alguém perturbado. As famílias escondiam ou abandonavam os seus filhos surdos.

“Importante salientar que desde seu início a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado a “educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos “surdos-mudos”, com idade de 7 e 14 anos. (MAZZOTTA 2005, p.29)

Este interesse de D. Pedroll, de acordo com Ströbel (2006)<sup>10</sup> pela educação de surdos, talvez, se deu ao fato de que o seu genro, o príncipe Gastão de Orléans, o Conde’Eu, marido da sua segunda filha, a Princesa Isabel, era surdo, fato não mencionado em nenhum documento, apenas citado no diário da Princesa Isabel. Tal fato vem corroborar com a idéia da não divulgação de nobres como surdos, dado que isso alteraria a imagem idealizada do nobre como “ser perfeito”.

Em 1872, no Brasil, se tinha conhecimento da existência de 11.595 surdos e 15.848 cegos. Mazzotta (2005) ressalta que, diante da precariedade de atendimento, foi com a criação do Imperial Instituto Surdos-Mudos e o Instituto

---

<sup>10</sup> Buscar referências em Quadros (2007).

Benjamim Constant para os cegos, que possibilitou a discussão “da educação de portadores de deficiência. Isso aconteceu no 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em dezembro de 1882.”(MAZZOTTA, 2005, p. 30). Entre os temas discutidos, no congresso, estava a *sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos*. De acordo com Soares (1999), esse número de surdos é contestado pelo Dr. Tobias Leite, o qual não aceitava o número dado pelo recenseamento do Império, defendendo que havia um surdo para cada 856 habitantes.

Mazzotta (2005) destaca que o prestígio do Imperial Instituto Surdos-Mudos e o Instituto Benjamim Constant pode ser comprovado pelos recursos financeiros a eles destinados pelo governo. Em 1891, receberam juntos a verba de 251.000\$000 contos de réis. Quantia que ultrapassou a quantia para o ensino superior na época.

Para Jannuzzi(1985) apud Soares(1999), a Educação Especial, no Brasil, “surge como iniciativa filantrópica”, ela fundamenta essa abordagem ao analisar o Regulamento Interno do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, elaborado em 15 de dezembro de 1857, traz referências à caridade, conforme se constata na citação seguinte:

Art. 3º A inspecção superior do Instituto He confiada á Commissão composta das pessoas caridosas, que promoverão o seu estabelecimento, e assignarão o seu Programa.

Art. 4º Compete á commissão Inspectorá:

§ 1º Escolher d”entre os seus membros os que deverão servir de Presidente, e Secretario della; e bem assim convidar a outras pessoas caridosas para suprirem as vagas que deixarem os membros actuaes (Brasil, Instituto dos Surdos-Mudos, 1857:I apud Soares, 1999, p. 55)

Soares(1999) esclarece que, nessa época, havia a necessidade de deixar definida a diferença entre a educação de surdos e do restante da população considerada normal: “Parece que a proposta da educação de surdos era uma *outra coisa*, não porque caminhava desvinculadamente da educação

comum, mas porque a sua construção teve como referência a educação dos normais.” (Soares, 1999, p.54)

Após passar por duas décadas da ditadura Vargas o Brasil, em 1946, vivia com relativa participação política da sociedade civil, o que, de certa forma, repercutirá na Constituição: “A Constituição de 46 era liberal e regularizou a vida do país procurando garantir o desenrolar das lutas político-partidárias ‘dentro da ordem’” A referida Constituição foi quem estabeleceu, pela primeira vez, que a União deveria fixar as “diretrizes e bases da educação nacional”. Conforme diz Cunha citado por Amador<sup>11</sup>.

Esse período, segundo Amador, é representado por mudanças ocorridas no país, “não só nos aspectos políticos, na construção de uma sociedade democrática, mas principalmente no nível econômico”(…) . Sendo a principal mudança a troca de uma economia agroexportadora por uma economia industrial, ou seja, “o país deixa de ser hegemonicamente agrícola e passa a conviver com grandes centros urbanos industrializados”.

Durante o período da Guerra Fria entre EUA e URSS, que tinha como uma das estratégias de disputas o incentivo à industrialização nos países dependentes para tê-los como aliados. O Brasil segue, de forma variada, esse padrão. Com essa mudança de perfil agrário para industrial em ascensão, no Brasil, iniciou-se a pressão para melhorias na educação, pois havia também, necessidade de capacitar profissionalmente os estudantes. A educação seria o meio de criação de mão de obra para as indústrias.

Desde a criação do Instituto Surdos-Mudos em 1857 até 1949 não havia nenhuma iniciativa do governo federal em relação à educação de surdos, só iniciativas particulares, geralmente promovidas por instituições ligadas à igreja católica. Porém, neste ano é aprovado, pelo governo Dutra, um novo Regimento para educação de surdos. Segundo Soares(1999), é nesse momento que a “política de ampliação de atendimento, juntamente com a adoção de uma metodologia, inspirada em algumas experiências realizadas nos Estados Unidos” é que teve repercussão no Brasil, ou seja a continuação da política oralista.

---

<sup>11</sup> Buscar referências em Amador(S/D)

Em junho do mesmo ano, foi publicada, no Diário Oficial, a Portaria que regulamentava o ensino do Curso Normal de Formação de Professores para Surdos-Mudos, que já estava previsto no Regimento do Instituto, aprovado em 28 de julho de 1949, pelo Decreto nº 26.974, promulgado pelo então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra e assinado pelo Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani. A mesma Portaria revela a pretensão contida na proposta daquela gestão, quando afirmou:

(...) que as atividades do INSM deverão se irradiar por todo o território nacional, a fim de dar cumprimento ao que preceitua o item V do art.1º do Decreto nº 26.974, de 28 de julho de 1949, precitado, isto é, promover em todo o país a alfabetização dos surdos-mudos e orientar, tecnicamente, esse trabalho, colaborando com os estabelecimentos congêneres, estaduais ou locais (Brasil, Instituto Nacional de Surdos-Mudos, 1951 apud Soares, 1999, p.70).

Segundo ainda Soares, em 2 de dezembro de 1955, foi publicada a Resolução nº94, “ que criava, em caráter experimental, condições para a educação primária de deficientes da audição e da palavra (D.O.3/12/55)”, devido a um acordo entre a Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal e o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

Em 1957, de acordo com Mazzotta, o governo federal assume o atendimento a educação de excepcionais em todo território através de Campanhas voltadas para esse fim. A primeira campanha a dar início foi a *Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B. –* pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957. As instruções para sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial nº 114, de 21 de março de 1958, publicada no Diário oficial da União de 23 de março de 1958.

Desde 1948 até 1961, o momento político foi tomado por discussões em torno da Lei de Diretrizes e Base, sobre a descentralização da educação das escolas públicas x privadas. Nessas discussões havia a

participação cada vez maior da população. Em 1961 foi aprovada a primeira LDB, porém não pondo fim aos debates.

A partir da aprovação da primeira LDB, as Políticas de Educação para Surdos foram incluídas nas Políticas de Educação Especial. Na Lei nº 4.024/61, reafirmou-se o direito dos excepcionais à educação, no seu Artigo 88, segundo Mazzotta(2005), para integrá-los a sociedade sua educação foi oferecida nos mesmo moldes da educação geral, eles teriam que “enquadrar-se no sistema geral de educação”.

Por outro lado, pode-se interpretar que, quando a educação de excepcionais não se enquadrar no sistema geral de educação, estará enquadrada em um sistema especial de educação. Nesse caso se entenderia que as ações educativas desenvolvidas em situações especiais estariam à margem do sistema escolar ou “sistema geral de educação”. (MAZZOTTA, 2005, p.68).

Mazzotta(2005), esclarece que o governo não vai contribuir para as escolas particulares no artigo 89 dessa lei, “mediante bolsa de estudos, empréstimos e subvenções”.

A Lei nº 5.692/71, com redação alterada pela Lei nº 7.044/82, que fixa as diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, define o objetivo geral para estes graus de ensino (comum e especial) como o de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania”. Além disso, no Artigo 9º, a Lei nº5.692/71 assegura “tratamento especial” aos “alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, de conformidade como o que os Conselhos Estaduais de Educação definirem. Nestes termos, tanto se pode entender que tal recomendação contraria o preceituado no Artigo 88 da Lei nº 4.024/61, como também que, embora desenvolvida através de serviços especiais, a “educação dos excepcionais” pode enquadrar-se no “sistema geral de educação”.(MAZZOTTA, 2005, p.69).

A Constituição de 1988, apesar de ser considerada a Constituição Cidadã, na expressão do deputado Ulysses Guimarães, e a LDB de 1996 não alteram significativamente a concepção sobre o Surdo, pois, a proposta de educação, que lhe é oferecida, continuou incluída na educação especial, sem que haja, portanto, respeito a suas particularidades.

A escola especial, de acordo com Bueno(1993)<sup>12</sup>, é para os deficientes o mesmo que um hospício no sentido de isolamento dos que são considerados diferentes: "Distingue-se deste último pela intenção de criar procedimentos de ensino com a finalidade de habilitar socialmente surdos e cegos."(BUENO, 1993).

Apesar de ainda deixar a desejarem em relação a educação inclusiva para a educação de surdos, no entanto é na Constituição Brasileira que a comunidade surda encontra base legal para suas reivindicações sobre tudo para a criação de políticas públicas exclusivas para surdos. Tal argumento está galgado no seu artigo 208, garantido "O atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

No âmbito nacional é criada a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, com o seguinte texto legal:

**Art. 1º** É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

---

<sup>12</sup> Citado por Soares(1999).

**Art. 2º** Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

**Art. 3º** As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

**Art. 4º** O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.<sup>13</sup>

Essa Lei foi o início de reconhecimento da cultura surda, tendo, no entanto a necessidade de sua regulamentação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 22 de dezembro de 2005, pelo Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

---

<sup>13</sup> Retirada do site <http://www.leidireto.com.br/lei-10436.html>

## DECRETA:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.<sup>14</sup>

Neste decreto, além de regulamentar a Lei 10.436/2002, ele define a pessoa surda de acordo com o nível de perda auditiva e reconhece legalmente que as experiências vivenciadas por um surdo é diferente das dos ouvintes ao relacionar-se com o meio.

Em Pernambuco, estas Leis e Decretos terão sua seqüência através de dois fatos importantes, distintos em períodos.

Primeiro, a Deputada Estadual Teresa Duere, faz reconhecer oficialmente, em 1998, no Estado de Pernambuco, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e dispõe sobre a implantação da LIBRAS como língua oficial na Rede Pública de ensino para surdos. O que foi um grande avanço para a rede pública estadual.

Segundo, o Projeto de Lei Ordinária nº 716/2008<sup>15</sup>, que instituiu, no calendário oficial do Estado, o Dia Estadual do Surdo.

Art. 1º: Fica instituído o Dia Estadual do Surdo, a ser comemorado no dia

---

<sup>14</sup> Retirada do site <http://www.l2.com.br/hotsite/conade/Downloads/Etapas/Pernambuco.pdf>

<sup>15</sup> Retirada do site da Assembléia Legislativa de Pernambuco <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3598&paginapai=3597&numero=716/2008&docid=654158> e [www.feneis.org.br/page/legislacao\\_resultado.asp?1](http://www.feneis.org.br/page/legislacao_resultado.asp?1).

Art. 2º: As secretárias de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos , Secretaria de Educação, Especial de Cultura, Desenvolvimento Econômico, Turismo, Especial de Esportes, Desenvolvimento Social e a Assembléia Legislativa de Pernambuco, contarão com o apoio da Superintendencia de Apoio a Pessoa com Deficiencia-SEAD, do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa com Deficiencia - CONED, e das demais entidades de defesa das Pessoas com Deficiência para a realização de atividades, eventos e debates em comemorações alusivas ao dia Estadual do Surdo.

Art. 3º: O Dia Estadual dos Surdos, consistirá de um programa oficial que contenha atividades sobre a temática da pessoa surda, inclusão social, educação especial, geração de oportunidades de trabalho, esporte e lazer para pessoas surdas, divulgação de avanços técnico-científicos e médicos que visem ao bem-estar dos surdos.

Para sair do isolamento imposto pela sociedade e até pela família, além de receber educação de qualidade e acabar com o preconceito, o caminho percorrido pelos surdos, até chegar à construção de todas essas Leis foi longo, conforme foi visto durante esse estudo.

Este trabalho apresentará, apoiando-se na Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade, a situação educacional, social, econômica e cultural dos surdos da região metropolitana do Recife, analisando as suas múltiplas experiências e apreender suas expectativas de vida. No capítulo referente à análise de dados da pesquisa, será feita uma reflexão a respeito das leis.

## 2. A PESQUISA

Neste capítulo pretendemos apresentar, inicialmente, a opção metodológica que norteou a pesquisa, assim como descrever os passos desenvolvidos durante a coleta de dados.

Segundo FONTE (2005), realidade social é entendida como uma totalidade complexa, na qual processos e fenômenos estão em permanente interação construtiva. Com essa compreensão, expressamos o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade do surdo em Pernambuco.

A Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade pretende ampliar o conhecimento sobre a situação educacional, social, econômica e cultural dos surdos da região metropolitana do Recife, analisando as suas múltiplas experiências e apreender suas expectativas de vida.

Nessa direção, a pesquisa apresentou um aspecto *inovador* e *desafiador*. Inovador por ter sido um projeto de construção coletiva de professores e alunos do curso de especialização. Todos, corpo docente e discente, foram pesquisadores e compartilharam saberes, experiências e perspectivas. Desafiador, também, porque para alcançar os objetivos definidos e realizar a pesquisa num delimitado espaço e num tempo curto, só foi possível, porque os envolvidos seguiram os procedimentos metodológicos.

Sempre na perspectiva pedagógica de conhecimento e interpretação da realidade a partir dos próprios sujeitos, foram seguidos os seguintes passos metodológicos.

### 2.1 UNIVERSO DA PESQUISA

A seleção do campo de pesquisa, inicialmente, constou de 4 (quatro) escolas estaduais do Estado de Pernambuco e 1 (uma) instituição privada sem fins lucrativos, de utilidade pública federal, o SUVAG, localizadas em diferentes bairros no município de Recife.

**TABELA 1 UNIVERSO DOS ENTREVISTADOS POR CURSO E POR ESCOLAS**

Tabela 1 Universo de Entrevistados por condição e por escola

Condição dos entrevistados	ESCOLAS					
	B.Lima	Lauro Diniz	Rochael Medeiros	SUVA G	Vidal De Negreiros	Total
<b>ESTUDANTES</b>						
Fundamental II	11	3	10	8	4	36
Ensino Médio	12	1	-	-	-	13
Sub-total 1	23	4	10	8	4	49
Universitários	-	-	-	-	-	8
<b>Sub-Total Estudantes</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>57</b>
<b>PAIS</b>						
	B.Lima	Lauro Diniz	Rochael Medeiros	SUVA G	Vidal De Negreiros	Total
Pai Surdo					1	1
Pai Ouvinte	2	1	1	1	1	6
Mães Ouvintes	17	2	9	6	2	36
Sub-total Pais	19	3	10	7	4	43
<b>Professores</b>						
	B.Lima	Lauro Diniz	Rochael Medeiros	SUVA G	Vidal De Negreiros	Total
Fundamental II	3		2	3	2	10
Médio	9					9
Fundamental e Médio	6	2			1	9

Itinerante	6		1			7
Sub-Total Professores	24	2	3	3	3	35

Fonte. Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade. Totalização Questionários Estudantes, Pais e Professores.

## 2.2 A SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A seleção dos entrevistados pesquisados foi de 43(quarenta e três) pais, 57(cinqüenta e sete) estudantes surdos e (trinta e cinco) professores de surdos das escolas estaduais do Estado de Pernambuco, localizadas na Região Metropolitana do Recife e do Centro SUVAG de Pernambuco.

As escolas pesquisadas foram quatro da Rede de Ensino Estadual: Escola Governador Barbosa Lima, localizada no bairro das Graças, Escola Engenheiro Lauro Diniz, localizada no bairro do Ipsep, Escola Cônego Rochael de Medeiros, localizada no bairro de Santo Amaro, Escola Vidal de Negreiros localizada, no bairro de Afogados, e o Centro SUVAG escola bilíngüe sem fins lucrativo, localizado no bairro da Torre.

Uma vez que foi a partir da participação dos surdos, em algum movimento social para influenciar as políticas públicas dos governos federal e estadual, que surgiram as inquietações em relação à primeira língua aprendida, a idade que viram pela primeira vez e a idade que eles começaram a usar LIBRAS. Também, qual seria a opinião dos professores de surdos em relação à inclusão de surdos.

A Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade reflete essas diferenças, já que os locais escolhidos, as escolas estaduais e o centro SUVAG, localizados em diferentes regiões do Recife, possuem diversidade tanto geográfica, quanto social.

Optamos pela escolha das escolas já referidas, porque essas instituições de ensino têm um número significativo de alunos surdos. E pela localização das mesmas em diferentes regiões da cidade com as características de centralizar o atendimento aos alunos surdos.

A cidade do Recife apresenta diferenças marcantes na construção de seu espaço que expressam a forte desigualdade social, tornando-a uma cidade de contrastes. Essa diferenciação social pode ser notada na tabela 2, na qual apresenta o perfil social de cada bairro e a RPA (Região Político Administrava), que se encontram localizadas as instituições de ensinos da pesquisa.

**TABELA 2** Perfil Social dos Bairros

PERFIL SOCIAL	BAIRROS				
	Santo Amaro	Graças	Torre	Afogados	IPSEP
RPA	01	03	04	05	06
ESCOLA	Rochael Medeiros	B.Lima	SUVAG	Vidal De Negreiros	Lauro Diniz
RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO	R\$ 790,00	R\$ 3.650,75	R\$ 1.464,74	R\$ 586,76	R\$ 917,08
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS	80,32%	98,64%	92,14%	88,94%	95,85%
AREA TERRITORIAL (HECTÁRE)	362,8	148,8	118,8	349,5	179,5
POPULAÇÃO RESIDENTE	29.140	16.877	16.931	36.146	25.714

Fonte.Prefeitura do Recife <sup>16</sup>

<sup>16</sup> Disponível no site <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/bairros.php>

Com uma área com cerca de 220 km, apresentando, segundo o Censo demográfico de 2000, uma população de 1.422.05 habitantes. A cidade distribui essa população de modo desigual nos 94 bairros que formam a cidade, dos quais cerca de 67,4% estão localizados em morros, que circundam de norte a sul.

Assim, compõem seu cenário geográfico 543 favelas, onde 54% de seus habitantes ganham meio salário mínimo. Sua região metropolitana é composta, hoje, por 14 municípios, sendo o Recife o município núcleo, exercendo influência social, econômica, cultural e política direta nos municípios do contexto metropolitano.

Com uma economia alicerçada no terciário, Recife apresenta indicadores sociais que denotam uma precária qualidade de vida na cidade. Apresenta altos índices de desemprego que associam aos baixos salários e a pouca qualificação profissional de seus trabalhadores, configurando-se grandes desigualdades sociais e acesso restrito aos bens sociais.

### **2.3 O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL E LEGAL RELATIVO À CONDIÇÃO DO SURDO**

O arcabouço institucional e legal sobre surdos, que foram utilizados na Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade, e encontra na: Constituição Federal de 2008, LDB e Legislação Estadual de Pernambuco. A partir das Leis citadas no Primeiro capítulo desse trabalho.

### **2.4 METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade surgiu a partir da necessidade dos participantes do curso de Especialização em Estudos Surdos compreender o que de acordo com FERREIRA (1998) não poderia ser explicado apenas pelas manifestações externas dos indivíduos, uma vez que essas manifestações se encontram permeadas por subjetividades, e que só através da compreensão e da interpretação é que pode ser reconstruído.

“Metodologicamente, propõe-se que haja empatia que só é possível através da identificação com os valores que servem de referência à conduta.”

Diante desse contexto, foi realizada uma capacitação antes do início da pesquisa com a participação de todos os alunos e professores da turma, o que possibilitou uma discussão teórica sobre a principal as questões, como por exemplo, o significado e o papel da inclusão, identidade surda, movimentos sociais, cultura e cultura surda. A partir de então foi definido o projeto de pesquisa, dele constando os critérios para a escolha dos entrevistados, os segmentos sociais metodológicos e o instrumento, a delimitação temporal. A pesquisa foi composta por três questionários - um, para estudantes surdos do ensino Fundamental II, ensino Médio e Universitário. Outro, para pais com filhos surdos. E outro para professores da Rede Estadual de Ensino e do SUVAG

Nas discussões metodológicas foram debatidos os seguintes autores: Max Weber, Pierre Bourdieu, Walter Benjamin. E também de autores que abordavam sobre a história de vida dos surdos como Von Simson, Nídia Limeira de Sá e Patrícia Pinto.

O questionário dos pais com filhos surdos tinha 165 (cento e sessenta e cinco questões) questões, o dos professores de surdo com 146 (cento e quarenta e seis) questões. E questionário aplicado aos estudantes universitários foi o mesmo dos estudantes do Ensino Médio, acrescido de (12) doze questões específicas (para alunos do ensino superior) totalizando cento e sessenta (160) questões.

Para garantir a privacidade dos pesquisados, cada questionário constava de uma letra identificando a escola, com as letras P, E, A, U, para pais, educadores, alunos e universitários, respectivamente, e de um número para mostrar a sequência e quantidade. Por exemplo: B.P. 052 significa Escola Barbosa Lima, questionário de Pais, 52º questionário.

Os questionários contemplavam questões fechadas, de múltiplas escolhas e questões abertas abordando: identificação dos entrevistados, condição

de ser surdo, LIBRAS, instrução sobre a escola, perspectivas de estudos, cultura surda, conhecimento e atividades culturais, informática, família, sexo, trabalho, situação sócio-econômica e atividade política.

Para aplicação dos questionários foi feito um treinamento, um pré-teste de preenchimento com as duplas. Duplas que eram formadas por alunos do curso onde eles se revezavam como entrevistador e outro como observador. O entrevistador lia as questões do questionário e marcava as respostas, o observador era responsável em observar e anotar o comportamento, os comentários, etc., do entrevistado em um caderno.

Em cada escola um aluno assumiu a função de coordenador, para facilitar o trabalho foi dada a preferência, para quem trabalhasse na escola. A função do coordenador era agendar as entrevistas, apresentar as duplas para os entrevistados e recolher os questionários preenchidos.

Agendada a pesquisa, as duplas se dirigiram para as escolas escolhidas nas datas marcadas. Antes do início das entrevistas as duplas entregavam ao entrevistado o Termo de Compromisso, para leitura e assinatura, ficando uma copia com o entrevistado e uma com a dupla. Após o final da entrevista, o coordenador recolhia o questionário e entregava para o colegiado do curso.

Com o final de todas as entrevistas, cada professor ficou responsável em fazer a apuração com as duplas de cada escola. Seguindo os procedimentos previamente debatidos e exercitados anteriormente pela turma.

Terminada a apuração, iniciou-se a totalização dos dados, que tomou muito tempo da equipe responsável por esta etapa.

Uma vez que temos como tema desse trabalho Políticas Públicas Para Surdos Em Pernambuco, a análise desses dados da Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade será feita no próximo capítulo com

questões escolhidas por retratar na prática como essas políticas vêm sendo aplicadas nas instituições de ensino pernambucanas.

### **3. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA**

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados, através da leitura dos questionários.

Na análise, selecionamos algumas das questões dos questionários que são pertinentes ao tema do nosso trabalho Políticas Públicas para Surdos em Pernambuco. Essas questões retratam como vem sendo vivenciadas, na prática, algumas das políticas públicas para surdos nas escolas estaduais e no Centro SUVAG de Pernambuco.

Neste trabalho, optamos por analisar os segmentos de estudantes universitários, estudantes do ensino fundamental II através das questões referente a primeira língua que aprendeu, a idade que começou a usar LIBRAS, a primeira vez que viu LIBRAS e de professores através da questão sobre a política educacional para surdos. Também, sobre a participação dos entrevistados em algum movimento para influenciar as políticas dos governos federal e estadual. A escolha desses segmentos foi proposital porque são eles que vivenciam, diretamente, aspectos dessas políticas, como elas estão acontecendo na rotina das instituições educacionais.

**3.1 Questões analisadas: Aqui reproduziremos as perguntas tais quais foram feitas no questionário. Algumas questões são para todo o universo, outras serão para algumas categorias.**

Influência das políticas públicas

## VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUM MOVIMENTO PARA INFLUENCIAR AS POLÍTICAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL?

**TABELA 03**

	ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	ESTUDANTES FUNDAMENT AL II MÉDIO	PROFESSORES	TOTAL
a) Sim	8	1	11	20
b) Não		3	23	26
00)NR			1	1
NV		45		45
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>49</b>	<b>35</b>	<b>92</b>

Fonte: Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade. Totalização dos questionários estudantes e professores.

Como podemos ver na tabela, apesar do número significativo de estudantes 45(quarenta e cinco) que não viram a questão por, conta de um erro na aplicação dos questionários, no seguimento de educadores tivemos o resultado de 65%( sessenta e cinco por cento) que nunca participaram de nenhum movimento para influenciar as políticas dos governos federal e estadual.

A partir dessa análise, podemos levantar a seguinte questão: Que a maioria dos educadores, que recebem alunos surdos na suas salas de aula, mesmo tendo grande influência na família<sup>17</sup>, eles restringem sua colaboração a vida dos surdos apenas no ambiente escolar. Mesmo tendo grande importância na vida de qualquer estudante.

O que é muito pouco, já que além da família, o educador deveria ser alguém capaz de compreender os anseios, os desejos e as necessidades dos estudantes surdos ou ouvintes. Uma forma de alcançar isso seria participar mais

<sup>17</sup> Segundo Longman(2007), os profissionais da educação mais os médicos e fonoaudiólogos, têm maior influência no destino das famílias ouvintes de filhos surdos que a comunidade surda.

ativamente em movimentos sociais, para garantir a aplicação dos direitos desses estudantes.

### Primeira língua aprendida

## **QUAL A PRIMEIRA LÍNGUA QUE VOCÊ APRENDEU?**

**TABELA 04**

	ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	ESTUDANTES FUNDAMENTALII	TOTAL
A) LIBRAS	4	19	23
B) PORTUGUÊS	3	26	29
00)NR		2	2
BRANCO	1	2	3
TOTAL	8	49	57

Fonte: Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade. Totalização dos questionários estudantes.

Nessa questão, dos 57(cinquenta e sete) estudantes surdos entrevistados, 51% (cinquenta e um por cento) que teve como primeira língua o Português e 40% (quarenta por cento) a LIBRAS. Esse resultado é também confirmado no trabalho de Longman(2007):

O fracasso da nossa educação pública torna-se mais grave em relação aos Surdos, pelo descaso de gestores e profissionais que insistem em repetir antigas abordagens ouvintistas de representar e narrar os surdos a partir dos seus modelos de língua oral. Se antes o problema da educação de Surdos era estar centrada na falta da audição e fala, agora é porque eles falam e possuem uma língua de sinais. Os trabalhadores da educação estão lentamente investindo nas questões levantadas pelos Estudos Surdos: a cultura, a língua, as lutas de poder, as diferenças nas diferenças, a identidade, etc., permitindo que o

discurso da escola inclusiva seja questionado e não sirva mais como pano encobridor do fracasso no ensino da maioria da população. Longman, 2007, p.107-108.

Essa questão levanta a discussão sobre a Lei nº 10.436/2002 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e outros recursos de expressão a ela associados. Então, se a Lei reconhece a língua do surdo e em seus artigos ela declara que deve ser garantido por parte do poder público o apoio, o uso e difusão da LIBRAS, assim como, o atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. Por que ainda temos tanta resistência no uso de LIBRAS, num dos locais onde ela deveria ser mais divulgada a ESCOLA. São essas inquietações que nos levam as próximas questões da pesquisa.

#### Idade que viu e começou a usar LIBRAS

#### **A PRIMEIRA VEZ QUE VOCÊ VIU LIBRAS FOI?**

**TABELA 05**

	ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	ESTUDANTES FUNDAMENTAL II	TOTAL
a) FAMÍLIA	-	01	01
b) ENTRE SURDOS ADULTOS	01	07	08
c) NA IGREJA	-	01	01
d) NA ESCOLA	05	23	28
e) OUTROS	02	16	19
NS	-	01	01
TOTAL	08	49	57

Fonte: Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade. Totalização dos questionários estudantes.

A pesquisa apresenta que, para 49% (quarenta e nove por cento) dos estudantes entrevistados, a escola foi o primeiro lugar onde eles viram a LIBRAS pela primeira. Esse resultado demonstra como a escola é importante para o surdo ter acesso a sua língua.

Segundo, Longman(2007) as crianças nascida de pais ouvintes, “precisam de uma política mais interventora no aprendizado da LIBRAS, juntamente com os pais.”

Em casa, com a própria família é onde as crianças surdas deveriam aprender a sua língua, porém o que a realidade apresenta é que em casa as pessoas falam outra língua, não a do surdo, deixando-o alheio, na maioria das vezes, ao que acontece na rotina da família.

## QUAL IDADE VOCÊ COMEÇOU A USAR LIBRAS?

**TABELA 06**

	ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	ESTUDANTES FUNDAMENTAL II	TOTAL
0 - 1	01	07	08
6 - 11	03	13	16
12 - 16	02	22	24
17- 25	02	02	04
99)NS	-	05	05
BRANCO	-	-	-
TOTAL	08	49	57

Fonte: Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade. Totalização dos questionários estudantes.

Como se vê na tabela 06, nessa questão, temos 42% (quarenta e dois por cento) de estudantes surdos que começaram a usar LIBRAS depois dos 11(onze) anos de idade. No entanto essa realidade entra em choque com o Decreto nº 5.6626/2005 que obriga o ensino de LIBRAS desde a educação infantil. Não é bem essa realidade que a pesquisa mostrou. O que ela apresentou foi que o surdo começa a usar LIBRAS tarde.

Não é demais repetir que a falta de uma língua de sinais, na primeira infância, pode não produzir falhas no desenvolvimento do pensamento, mas limita a compreensão de mundo, tanto dos Surdos quanto dos ouvintes, na construção de sua subjetividades ouvintes e Surdas e, mais grave, separa o Surdo da sua família biológica. Longman,2007, p.111.

Na próxima questão, vamos analisar os dados da pesquisa referente ao lugar onde os estudantes surdos viram LIBRAS pela primeira vez.

#### Política educacional de inclusão para alunos surdos

#### **NA SUA OPINIÃO, A POLÍTICA EDUCACIONAL DE INCLUSÃO PARA OS ALUNOS SURDOS, FAVORECE:**

Dos 35 (trinta e cinco) professores entrevistados, 15 (quinze) acreditam que favoreça a aprendizagem, porém 22 (vinte e dois) acreditam na integração com os ouvintes, 16 (dezesesseis) na integração com outros professores, 17 (dezessete) na participação em atividades extra-curriculares da escola, 14 (quatorze) deram todas as respostas anteriores, 3 (três) nenhuma das respostas e 2 (dois) não responderam.

Os nossos profissionais, em educação, têm uma visão da inclusão de surdos, em consonância com as ideias propagadas pela educação especial no Brasil. Não há má intenção nessas ideias, o que falta a elas é o aprofundamento nos estudos sobre os Surdos. Para maioria dos nossos profissionais, em

educação, 35(trinta e cinco) entrevistados, a surdez, ainda, está ligada a perda auditiva e a deficiência.

Hoje, grupos Surdos (não são todos), rompendo a ideologia da deficiência biológica, definem-se como minorias lingüísticas. Vêm-se reafirmando como grupos culturais com representações, significativas e produções no campo intelectual, ético, estético, artístico e corporal, a partir de sua experiência visual e, principalmente, de sua língua, constituída de estratégias cognitivas visuais e corporais. Longman,2007, p.18.

Infelizmente, não foi possível analisar todos os dados da Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade, neste trabalho. No próximo capítulo, nas considerações finais, vamos levantar algumas recomendações para que, no futuro, ao criar novas políticas públicas, os Surdos sejam reconhecidos como uma etnia<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> De acordo com Longman (2007, p.19) no Brasil, apesar dos avanços dos movimentos sociais, as políticas continuam voltadas para o não reconhecimento dos Surdos como uma etnia, e que possuem uma língua modalidade gestual-visual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da história da educação para surdos, no sistema educacional no Estado de Pernambuco, vem acompanhando o movimento da educação para surdo no Brasil conforme o breve histórico abordado nesse estudo no primeiro capítulo. Desde 1857, quando foi criado o Imperial Instituto de Surdos Mudos, por D. Pedro II a educação oferecida aos Surdos é discutida de forma unilateral sem considerar as verdadeiras necessidades dos Surdos.

Na educação para Surdos, copiamos modelos, primeiro o europeu, depois o americano. Copiar, não é errado. Pecamos quando ao copiar trazemos tudo, de bom e também de ruim. Nesse caso foi a necessidade de oralizar os Surdos.

Durante a pesquisa para esse trabalho sentimos a dificuldade de encontrar mais registros históricos sobre a educação de Surdos no Brasil, será que, a ausência desses registros é porque ela tem o peso da exclusão desde o seu início, quando a fundação do Imperial Instituto de Surdos Mudos foi feita num asilo, com atendimento só para meninos e alguns surdos que lá estudavam foram abandonados pela família.

Até hoje os Surdos brasileiros lutam para que sua identidade seja não apenas reconhecida pela legislação, mas na prática pela sociedade. Na história da educação para surdos no Brasil, observamos que existiram fases: nessas duas fases o surdo era visto como alguém que precisa de “conserto” a primeira voltada para filantropia, a segunda voltada para a habilitação, e como se conserta um surdo? Fazendo-o falar?

Ainda hoje o enfoque principal continua sendo clínico-reabilitador que encontra respaldo na Psicologia, na Psicopedagogia e na Educação Especial<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Reflexão a partir da leitura dos trabalhos de Lopes (2007) e Thoma (2006).

As conquistas sociais, citadas nesse estudo, nessa última década da comunidade surda, como o reconhecimento da LIBRA como meio legal de comunicação e a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS a partir da educação infantil, se devem ao empenho cada vez maior dos movimentos sociais surdos de reivindicar seus direitos. Direitos, como ser atendido por um profissional preparado, ou seja, que fale LIBRAS em uma emergência de hospital, numa delegacia, até mesmo no banco<sup>20</sup>. Como enxergam e caminham não são atendidos com obras físicas na cidade.

Mesmo com o avanço dos movimentos sociais, as políticas públicas para Surdo ainda colocar educação de surdos incluída na educação especial, no campo da educação inclusiva. O desconhecimento da realidade dos surdos pelos gestores públicos, faz surgir situações que isolam socialmente o surdo, como a de colocar um aluno surdo na mesma turma com alunos ouvintes que não falam LIBRAS.

Na Pesquisa Figurações Culturais: Surdos na Contemporaneidade observamos, nos resultados dos dados obtidos, que ainda temos um longo caminho a percorrer. Nas questões analisadas sobre a participação na influência das políticas públicas, a primeira língua aprendida, a idade que viu e começou a usar LIBRAS, observamos que mesmo sendo os que mais sofrem as influências das políticas públicas, a maioria dos entrevistados, que responderam a questão, nunca participou de nenhum movimento para influenciar as políticas públicas. Para boa parte dos estudantes surdos a primeira língua não foi a LIBRAS, a aprendizagem de LIBRAS continua acontecendo de forma tardia para as crianças surdas, a escola é uns dos locais onde o Surdo ver a LIBRAS pela primeira vez, um número significativo de educadores continuam alheios aos movimentos e a cultura surda. Consideramos, ainda, que é necessário discutir sobre a formulação de uma proposta de formação continuada para educadores ouvintes que trabalham com alunos surdos.

---

<sup>20</sup> Reportagem do Diário de Pernambuco de 04/08/2009.

Ser Surdo, aqui no Brasil, ainda significa viver como um estrangeiro, às vezes dentro da própria casa, com a família de ouvintes que não sabe LIBRAS. Ou na escola, onde sua língua ainda é um “mistério” até para alguns dos professores. Uma das principais barreiras que o surdo deve transpor é a da língua. Reconhecida a pouco tempo a Língua Brasileira de Sinais ainda não é uma realidade para todos os surdos.

O Surdo vive permanentemente reivindicando ser visto com respeito e que sejam reconhecidas as particularidades da sua comunidade. Por utilizar uma língua que tem o corpo como referência, os surdos sofreram controle e ainda hoje sofrem, por ser um “povo de linguagem visual”.

Com o desenrolar do nosso trabalho vimos que os surdos eram vistos como incapazes de desenvolver um pensamento por não possuir a “língua majoritária”. Com sua presença nas escolas eles se organizaram, divulgaram sua língua e sua cultura. Porém há técnicos de educação, Psicólogos, Psicopedagogos, Especialistas da Educação Especial que ainda hoje, na maioria das vezes de forma disfarçada, se esforçam para transformar o surdo em “alguém capaz de comunicar-se como um ouvinte.”<sup>21</sup>

Esse trabalho evidenciou a trajetória da necessidade de se investir mais na constituição de políticas públicas exclusivas para Surdos, nem sempre aplicadas, e para os estudiosos permanece a necessidade de aprofundamento nas questões relativas à educação dos surdos.

---

<sup>21</sup> Reflexão a partir da leitura dos trabalhos de Lopes (2007) e Thoma (2006).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, Milton Cleber Pereira. Legislação Educacional no Brasil (1946 – 1961). Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/MILT%20CLEBER%20PEREIRA%20AMADOR.pdf>. Acesso em: 22/04/2009.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional, 2005. Disponível em: <http://jus2uol.com.br/doutrina/textoasp?id=7254>. Acesso em: 22/04/2009.

FERREIRA, Rosilda Arruda. A pesquisa científica nas ciências sociais: caracterização e procedimentos. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

FONTE, Zélia Maria Luna Freire da. A educação de surdos e a prática pedagógica dos professores ouvintes: análise a partir do programa nacional de apoio à educação de surdos, 2005. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação.

INÁCIO, Wederson Honorato. A Inclusão Escolar do Deficiente Auditivo: contribuições para o debate educacional. Disponível em: [http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc\\_1159852998-17doc](http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1159852998-17doc) Acesso em: 25/12/2007

LACERDA, Cristina B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cad. CEDES vol. 19 n. 46 Campinas Sept. 1998. Disponível em: [www.sj.ifsc.edu.br/~nepes/.../historia\\_educacao\\_surdos/texto29.pdf](http://www.sj.ifsc.edu.br/~nepes/.../historia_educacao_surdos/texto29.pdf) Acesso em: 31/01/2009.

LONGMAN, Liliene Vieira. Memórias de Surdos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Mansagana, 2007.

LOPES, Maura Corcini. Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005, 5ªed.

PASSOS, Tânia. Mãos que falam. Diário de Pernambuco. Recife, PE. 04/08/2009. Vida Urbana, p.3.

PINTO, Patrícia Luiza Ferreira. Identidade Cultural Surda Na Diversidade Brasileira. Texto em memo.

QUADROS, Ronice Müller. PERLIN, Gladis.:(Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br>  
Acesso em: 22/12/2008.

SÁ, Nídia Limeira de. Cultura, poder de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, Oliver. Vendo Vozes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKILIAR, Carlos.: (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005, 3ªed.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas, SP: EDUSF, 1999.

THOMA, Adriana Silva da, LOPES, Maura Corcini (Org.). A invenção da SurdezII: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2006.

### Sites Visitados

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Disponível em <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?id=3598&paginapai=3597&numero=716/2008&docid=654158>. Acesso em: 28/07/2009

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/>. Acesso em 26/07/2009.

Centro SUVAG de Pernambuco. Disponível em: <http://www.suvag.org.br/>. Acesso em 20/06/2009.

Decreto nº 5.626/2005. Disponível em  
:<http://www.l2.com.br/hotsite/conade/Downloads/Etapas/Pernambuco.pdf>.  
Acesso em: 10/06/2006.

Lei - 10436/02. Disponível em: <http://www.leidireto.com.br/lei-10436.html>. Acesso em: 10/06/2009.

Prefeitura do Recife Disponível em:  
<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/bairros.php>. Acesso em:  
30/08/2009.

## ANEXOS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS SURDOS  
CENTRO SUVAG DE PERNAMBUCO - FACULDADE SANTA HELENA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

PESQUISA: FIGURAÇÕES CULTURAIS - SURDOS NA CONTEMPORANEIDADE

QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES

Nº \_\_\_\_\_

ENSINO FUNDAMENTAL II ( )  
ENSINO MÉDIO ( )  
ENSINO UNIVERSITÁRIO ( )

01- Sexo: a) masculino ( ) b) feminino ( )

02- Idade: \_\_\_\_\_anos 00 NR ( )

03 - Cor (raça/etnia):  
a) preta / negra / afro-descendente ( )  
b) branca ( )  
c) parda/morena ( )  
d) amarela ( )  
e) indígena ( )  
99 NS ( )  
00 NR ( )

04 - Você mora? (casa, apartamento)  
a) nome do bairro \_\_\_\_\_  
b) nome da cidade \_\_\_\_\_  
00 NR ( )

05 - Você nasceu: (Naturalidade/Nacionalidade):  
a) nome da cidade: \_\_\_\_\_  
b) nome do estado: \_\_\_\_\_  
c) nome do país: \_\_\_\_\_

06 - Você usa LIBRAS ?  
a) Sim ( ) b) Não ( ) 00 NR ( )

07 - Qual o seu estado civil?  
a) solteiro(a) ( )  
b) casado(a) ( )  
c) vive com companheiro(a) ( )  
d) separado(a) ( )  
e) divorciado(a) ( )  
f) viúvo(a) ( )  
00 NR ( )

08 - Escolaridade?  
a) Analfabeto ( )  
b) Fundamental II ( ) concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
c) Médio ( ) concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
d) Profissionalizante ( ) concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
e) Universitário ( ) concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
00 NR ( )

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS SURDOS  
CENTRO SUVAG DE PERNAMBUCO - FACULDADE SANTA HELENA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

PESQUISA: FIGURAÇÕES CULTURAIS - SURDOS NA CONTEMPORANEIDADE

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES N° \_\_\_\_\_

PROFESSOR SURDO ( ) PROFESSOR OUVINTE ( )  
ENSINO FUNDAMENTAL II ( ) ENSINO MÉDIO ( ) ITINERANTE ( )

01 - Sexo a) Masculino ( ) b) Feminino ( )

02 - Idade a) \_\_\_\_\_ anos 00 N.R ( )

03 - Cor (raça/etnia):  
a) preta/negra/ afro-descendente ( )  
b) branca ( )  
c) parda/morena( )  
d) amarela ( )  
e) indígena ( )  
00 NR ( )

04 - Moradia:  
a) bairro \_\_\_\_\_  
b) cidade \_\_\_\_\_  
00 NR ( )

05 - Nascimento (Nacionalidade):  
a) cidade: \_\_\_\_\_  
b) estado: \_\_\_\_\_  
c) país: \_\_\_\_\_

06 - Você usa LIBRAS ?  
a) Sim ( ) b) Não ( ) 00 NR ( )

07 - Qual é seu estado civil?  
a) Solteiro(a) ( )  
b) Casado(a) ( )  
c) Vive com companheiro(a) ( )  
d) Separado(a) ( )  
e) Divorciado(a) ( )  
f) Viúvo(a) ( )  
00 NR ( )

08 - Escolaridade:  
a) analfabeto ( )  
b) ensino Fundamental concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
c) ensino Médio concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
d) ensino Profissionalizante concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
e) ensino Superior concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( ) f)  
especialização concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
g) mestrado concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
h) doutorado concluído ( ) não concluído ( ) cursando ( )  
00 NR ( )